



Documento de sessão

B9-0005/2023

19.12.2022

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

apresentada nos termos do artigo 143.º do Regimento

sobre os «Twitter Files» e a ameaça que os oligarcas das grandes empresas tecnológicas representam para a nossa democracia

Tom Vandendriessche, Gianna Gancia, Anders Vistisen, Ivan Vilibor Sinčić, Milan Uhrík, Mathilde Androuët, Filip De Man, Witold Jan Waszczykowski, Gerolf Annemans, Jean-Lin Lacapelle, Jorge Buxadé Villalba, Margarita de la Pisa Carrión, Joachim Kuhs, Rob Rooker, Robert Roos, Hermann Tertsch, Patricia Chagnon, Philippe Olivier, Miroslav Radačovský

Proposta de resolução do Parlamento Europeu sobre os «Twitter Files» e a ameaça que os oligarcas das grandes empresas tecnológicas representam para a nossa democracia

O Parlamento Europeu,

- Tendo em conta o artigo 2.º do Tratado da União Europeia,
- Tendo em conta o artigo 143.º do seu Regimento,
- A. Considerando que as plataformas das redes sociais, tais como o Facebook e o Twitter, funcionam como espaços públicos vitais para a democracia moderna; que as referidas plataformas são, na realidade, uma praça pública;
- B. Considerando que essas plataformas ocupam uma posição de monopólio e contam com milhares de milhões de utilizadores em todo o mundo, o que lhes confere uma enorme influência;
- C. Considerando que os «Twitter Files» revelaram que o Twitter manipulou secretamente os fluxos de informação no decurso de campanhas eleitorais, servindo-se de listas negras, bloqueamentos ocultos e limites à amplificação;
- D. Considerando que responsáveis do Twitter têm sistematicamente desmentido as alegações de censura e de regimes de bloqueamentos ocultos;
 1. Repudia veementemente todas as formas de censura ilegal em linha, interferência eleitoral e manipulação de conteúdos; reitera que a manipulação dos fluxos de informação pelos oligarcas das grandes empresas tecnológicas nas suas plataformas é prejudicial para a nossa democracia;
 2. Insta a Comissão a exigir total transparência às grandes empresas tecnológicas; solicita transparência no que concerne à moderação de conteúdos, aos termos de utilização, aos métodos de censura e aos algoritmos;
 3. Insta o Parlamento a investigar possíveis casos de censura dos cidadãos da UE, de interferência eleitoral e de manipulação pelas grandes empresas tecnológicas; pede, por conseguinte, ao Parlamento que crie uma subcomissão sobre a manipulação ilegal e secreta de eleições por parte das grandes empresas tecnológicas;